

Carta de Barra do Ribeiro

A juventude do PMDB do Rio Grande do Sul, reunida no dia 15 de agosto de 2015 no Clube Sete de Setembro, município de Barra do Ribeiro, com apoio da Fundação Ulysses Guimarães e sob a orientação do painalista Dr. Eduardo Krause, discutiu a temática do PASSE LIVRE, chegando às seguintes considerações:

O passe livre pode ser um instrumento de desenvolvimento social. Esta política pública é de fundamental importância especialmente para jovens de baixa renda, quando seu deslocamento é mecanismo para efetivo acesso à educação. É importante pensar o passe livre como uma política social, que privilegie a realização do transporte para quem realmente necessita. Assim sendo, são necessários estudos técnicos do perfil dos usuários para saber quem realmente usa esse benefício. Para tanto, é necessário um aparato jurídico que regulamente e garanta isso. O jovem que é beneficiado com programas com PROUNI e FIES precisa conseguir chegar até a faculdade, caso contrário continuará tendo dificuldades no acesso à educação de qualidade. Isso acaba levando muitos jovens a mudarem para cidades polo e eles dificilmente voltam para aplicar o conhecimento na sua cidade.

Para manter o passe livre funcionando, é preciso aplicar recursos mistos em sua manutenção. É preciso pensar em um fundo onde haja a colaboração da sociedade civil, através de Universidades privadas, por exemplo. A participação solidária de Municípios, Estados e da União nesse projeto precisa ser melhor estruturada e ajustada de acordo com a realidade de arrecadação de cada ente. Propomos que uma porcentagem das multas aplicadas pelo DAER e Metroplan seja destinada também para esse fundo misto. Parte da arrecadação dos pedágios da EGR também pode ser dirigida ao passe livre. As multas da Polícia Rodoviária Estadual também podem ter um percentual destinado a esse fundo. Assim também, as taxas pagas ao DAER, Metroplan e Agergs também devem ter percentual destinado ao fundo de manutenção do programa.

Entendemos que, como parte da solução, faz necessária uma reestruturação do estado. Nesse sentido, é preciso unir as funções do DAER, EGR e Metroplan. Hoje essas entidades não tem comunicação entre si, não tem atividades em comum. Propomos a criação de um plano diretor de transporte e mobilidade do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de unificar as atividades do DAER, Metroplan e EGR.

As gratuidades previstas no cálculo tarifário das passagens precisam ser revisadas. Não é possível incluir o passe livre nesse cálculo. Isso iria onerar o sistema, elevando os custos dos trabalhadores com transporte e diminuindo a quantidade de passageiros transportados. Contudo, é necessário reestudar os demais casos de gratuidades previstas no cálculo tarifário que existe hoje, pois algumas gratuidades precisam sofrer alterações.

Também é necessário refletir que o orçamento no ano de 2014 para o passe livre foi de R\$ 18 milhões. O governo que passou destinou, para 2015, apenas R\$ 12 milhões. É preciso discutir soluções que, a curto prazo, injetem recursos no fundo de manutenção do programa e evitem que ele corra o risco de acabar.

O mais viável e justo é que as condições sejam paritárias e igualitárias a todos.

Quem tem condições de pagar, tem que pagar o que é justo. A gratuidade deve ser garantida a quem realmente não tem condições de pagar.
Barra do Ribeiro, 15 de agosto de 2015.